



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

1ª VARA DESCENTRALIZADA DE SANTA FELICIDADE -

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CURITIBA - PROJETO
Via Vêneto, 1490 - Santa Felicidade - Curitiba/PR

VISTOS E EXAMINADOS os presentes autos de RECLAMAÇÃO sob o nº
0001993-29.2019.8.16.0184 em que é reclamante
e reclamada
S.A, já qualificados.

1. ESCLARECIMENTO PRÉVIO

Primeiramente, cumpre esclarecer às partes e aos seus procuradores, que o rito célere, informal, simples, oral e sumário dos Juizados não permite a aplicação do art. 489, do Código de Processo Civil. Neste sentido é inclusive o enunciado 162 do FONAJE, o qual dispõe: *“ENUNCIADO 162: Não se aplica ao Sistema dos Juizados Especiais a regra do art. 489 do CPC/2015 diante da expressa previsão contida no art. 38, caput, da Lei 9.099/95”*.

Assim, diante da regulamentação própria estabelecida pela Lei 9.099/95, no artigo 38, e o caráter de especialidade em relação ao Código de Processo Civil, reconhecido no Enunciado 161 do FONAJE¹, visando proteger a viabilidade e eficiência do sistema dos Juizados, não há que se falar em sentença analítica, o que não desobriga este juízo a proferir sentença com fundamentação, mas também com os olhos voltados para a simplicidade própria dos Juizados.

2. RELATÓRIO

Nos termos do disposto no artigo 38 da Lei Federal nº 9.099/95,
dispenso o relatório. Passo à fundamentação.

3. JULGAMENTO ANTECIPADO

¹ ENUNCIADO 161 - Considerado o princípio da especialidade, o CPC/2015 somente terá aplicação ao Sistema dos Juizados Especiais nos casos de expressa e específica remissão ou na hipótese de compatibilidade com os critérios previstos no art. 2º da Lei 9.099/95.





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

1ª VARA DESCENTRALIZADA DE SANTA FELICIDADE -

O feito comporta julgamento antecipado nos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil, não existindo a necessidade de produção de outras provas, especialmente em audiência, posto que os elementos já coligados aos autos são suficientes ao convencimento motivado. Nesse sentido:

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CURITIBA - PROJETO
Via Vêneto, 1490 - Santa Felicidade - Curitiba/PR

“PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AUSÊNCIA DE OMISSÃO OU CONTRADIÇÃO NO ACÓRDÃO A QUO. DESNECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVA. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. LIVRE CONVENCIMENTO DO MAGISTRADO. ACERVO DOCUMENTAL SUFICIENTE. NÃOOCORRÊNCIA DE CERCEAMENTO DE DEFESA. REEXAME DO CONJUNTO PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 07/STJ. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES. 4. Quanto à necessidade da produção de provas, o juiz tem o poder-dever de julgar a lide antecipadamente, desprezando a realização de audiência para a produção de provas ao constatar que o acervo documental é suficiente para nortear e instruir seu entendimento. É do seu livre convencimento o deferimento de pedido para a produção de quaisquer provas que entender pertinentes ao julgamento da lide. (AgRg no REsp 839.217/RS, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/09/2006, DJ 02/10/2006, p. 240)”.

4. APLICAÇÃO DO CDC E INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA

Determinada a aplicação do CDC e a inversão do ônus da prova na decisão de movimento 32.1.

5. MÉRITO

Trata-se de ação de obrigação de fazer c/c indenização por danos morais decorrentes de contrato de transporte aéreo.

Em que pese o alegado pela reclamante, entendo que não restou demonstrada qualquer ilicitude por parte da empresa ré.





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

1ª VARA DESCENTRALIZADA DE SANTA FELICIDADE -

Ademais, apesar de afirmar ter transferido milhas para o programa de milhagem da reclamada a fim de obter o upgrade, a autora não apresentou documentos em tal sentido, e, ainda, não apresentou qualquer documento a fim de comprovar que a viagem adquirida se enquadra aos casos de upgrade ofertados pela reclamada.

Além disto, conforme bem mencionado pela reclamada consta das regras do programa de milhagem que a *“Oferta poderá ou não ser aceite pela _____. A _____ reserva-se o direito de, sob a sua discricionariedade, decidir quando aceitar, ou*

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CURITIBA - PROJETO
Via Vêneto, 1490 - Santa Felicidade - Curitiba/PR

não, uma Oferta, independentemente de existirem lugares disponíveis na classe para a qual a Oferta foi feita” (mov. 22.1, página 04).

Salienta-se que no movimento 35.1 a reclamada demonstrou que não consta qualquer solicitação por parte da autora.

Assim, em que pese ter sido invertido o ônus da prova, há que se destacar que a reclamante deveria produzir provas mínimas do alegado, o que não foi feito no caso em tela.

Oportuno pontuar que cabe a parte o dever de provar os fatos constitutivos do seu direito, consoante dispõe o art. 434 do CPC: *“incumbe à parte instruir a petição inicial ou a contestação com os documentos destinados a provar suas alegações”*.

Neste sentido, a Egrégia Turma Recursal tem decidido:

RECURSO INOMINADO - AÇÃO DE COBRANÇA - CONTRATO VERBAL DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL RURAL - ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE QUITAÇÃO DAS PRESTAÇÕES - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR - CPC, ART. 333, I - PRINCÍPIO DA ORALIDADE E DO LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ - SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA CONFIRMADA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. DECISÃO: Diante do exposto, decidem os Juízes integrantes da Primeira Turma Recursal, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso. (TJPR - 1ª Turma Recursal - 20120002990-0 - Dois Vizinhos - Rel.: ANTONIO CARLOS SCHIEBEL FILHO - - J. 04.10.2012).





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

1ª VARA DESCENTRALIZADA DE SANTA FELICIDADE -

RECURSO INOMINADO - AÇÃO DE COBRANÇA - CONTRATO DE PARCERIA AGRÍCOLA - ALIENAÇÃO DO IMÓVEL - ALEGAÇÃO DE PREJUÍZO COM GASTOS PARA O PREPARO DO TERRENO E FRUSTRAÇÃO DA COLHEITA - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR - CPC, ART. 333, I - PRINCÍPIO DA ORALIDADE E DO LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ - SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA CONFIRMADA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. DECISÃO: Diante do exposto, decidem os Juízes integrantes da Primeira Turma Recursal, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso. TJPR - 1ª Turma Recursal - 20120002970-8 - Dois Vizinhos - Rel.: ANTONIO CARLOS SCHIEBEL FILHO - - J. 18.10.2012).

Portanto, não se verifica nenhuma ilegalidade e/ou abusividade na conduta da empresa reclamada, inexistindo afronta ao Código de Defesa do Consumidor.

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CURITIBA - PROJETO
Via Vêneto, 1490 - Santa Felicidade - Curitiba/PR

Assim, a reclamante não cumpriu o ônus estipulado pelo inciso I do artigo 373 do Código de Processo Civil, que estabelece que ao autor incumbe o ônus da prova, quanto ao fato constitutivo do seu direito.

6. DISPOSITIVO

Diante do exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** a presente reclamação ajuizada por _____ em face de _____ **S.A.**, com fulcro no artigo 487, I, do Código de Processo Civil, extinguindo o feito, com resolução de mérito, nos termos da fundamentação.

Sem custas e sem honorários, face o disposto no artigo 54 da Lei Federal nº 9.099/95.

Submeto ao Juiz Supervisor do Juizado Especial Cível o presente projeto





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA
—
1ª VARA DESCENTRALIZADA DE SANTA FELICIDADE -

de sentença para homologação, nos termos do artigo 40 da Lei Federal nº 9.099/95, destacando que a disponibilização ao público externo ocorrerá após a homologação, nos termos do artigo 55, §2º, da Resolução 04/2013 do Conselho Supervisor dos Juizados Especiais². Após,

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Curitiba-PR, 13 de janeiro de 2020.

Dênis E. Blankenburg Almada
Juiz Leigo

² “O projeto de sentença apresentado por juiz leigo só poderá ser juntado aos autos e disponibilizado para o público externo no sistema de informática caso seja homologado”.